

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

Informações Trimestrais – ITR

Trimestre findo em 31 de março de 2016

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. (“Sociedade”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis intermediárias com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às Informações Trimestrais - ITR nº 3g. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos***Demonstração do valor adicionado***

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração do Fluxo de Caixa	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	6
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
Demonstração do Valor Adicionado	8

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	22.079.906	20.547.828
1.01	Ativo Circulante	21.348.562	19.767.343
1.01.01	Disponibilidades	204	341
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.560.264	9.701.530
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	4.750.626	9.986.118
1.01.03.01	Carteira Própria	3.751.464	2.455
1.01.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	991.991	9.976.718
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	7.171	6.945
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	-11.484	-17.561
1.01.07.01	Arrendamentos a Receber - Setor Privado	151.946	185.413
1.01.07.02	(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	-148.360	-180.132
1.01.07.04	(Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil)	-15.070	-22.842
1.01.08	Outros Créditos	47.202	95.421
1.01.08.01	Negociação e Intermediação de Valores	229	42
1.01.08.02	Diversos	47.098	95.599
1.01.08.03	(Provisão para Outros Créditos)	-125	-220
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.750	1.494
1.01.09.01	Bens não de Uso Próprio	2.576	2.199
1.01.09.02	Despesas Antecipadas	217	258
1.01.09.03	(Provisões para desvalorizações)	-1.043	-963
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	522.055	525.152
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	-2.064	-2.993
1.02.06.01	Arrendamentos a Receber - Setor Privado	27.320	31.603
1.02.06.02	(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	-26.675	-30.703
1.02.06.04	(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	-2.709	-3.893
1.02.07	Outros Créditos	523.814	527.881
1.02.07.01	Diversos	523.836	527.918
1.02.07.02	(Próvisão para Outros Créditos)	-22	-37
1.02.08	Outros Valores e Bens	305	264
1.02.08.01	Bens não de Uso Próprio	463	375
1.02.08.02	Despesas Antecipadas	30	53
1.02.08.03	(Provisões para desvalorizações)	-188	-164
1.03	Ativo Permanente	209.289	255.333
1.03.01	Investimentos	14.685	14.685
1.03.01.04	Outros Investimentos	21.862	21.862
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-7.177	-7.177
1.03.01.05.01	(Imparidade Acumulada)	-7.177	-7.177
1.03.02.01	Outras Imobilizações de Uso	186	186
1.03.02.02	(Depreciações Acumuladas)	-186	-186
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	165.714	213.108
1.03.03.01	Bens Arrendados	361.353	439.711
1.03.03.02	(Depreciações Acumuladas)	-232.328	-287.319
1.03.03.03	Superveniência de Depreciação	36.689	60.716
1.03.05	Diferido	28.890	27.540
1.03.05.01	Perdas em Arrendamentos a amortizar	41.825	37.812
1.03.05.02	(Amortizações Acumuladas)	-12.935	-10.272

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	22.079.906	20.547.828
2.01	Passivo Circulante	546.872	412.958
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	481.768	230.401
2.01.03.01	Recursos de Debêntures	481.768	230.401
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	8.101	854
2.01.07.01	Instituições Oficiais	8.101	854
2.01.09	Outras Obrigações	57.003	181.703
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	1.579
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	0	24.650
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	13.042	98.148
2.01.09.04	Credores por Antecipação do Valor Residual	33.854	45.724
2.01.09.05	Diversos	10.107	11.602
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	20.564.320	19.174.280
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	20.546.861	19.145.662
2.02.03.01	Recursos de Debêntures	20.546.861	19.145.662
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.456	9.403
2.02.07.01	Instituições Oficiais	1.456	9.403
2.02.09	Outras Obrigações	16.003	19.215
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	9.916	11.421
2.02.09.03	Credores por Antecipação do Valor Residual	6.087	7.794
2.05	Patrimônio Líquido	968.714	960.590
2.05.01	Capital Social Realizado	872.800	872.800
2.05.01.01	De domiciliados no País	872.800	872.800
2.05.04	Reservas de Lucro	87.790	87.790
2.05.04.01	Legal	41.697	41.697
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	46.093	46.093
2.05.04.07.01	Reserva de Expansão	19.354	19.354
2.05.04.07.02	Outras	26.739	26.739
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	8.124	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	721.524	1.154.222
3.01.01	Operações de Arrendamento Mercantil	60.074	313.649
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	423.445	198.784
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	238.005	641.789
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-703.845	-1.111.766
3.02.01	Operações com Captação no Mercado	-650.928	-821.442
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-239	-294
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-50.404	-284.502
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-2.274	-5.528
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	17.679	42.456
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-4.303	-5.710
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-2.959	-3.787
3.04.04	Despesas Tributárias	-1.458	-2.671
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.448	2.391
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.334	-1.643
3.05	Resultado Operacional	13.376	36.746
3.06	Resultado Não Operacional	1.614	325
3.06.01	Receitas	2.011	916
3.06.02	Despesas	-397	-591
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	14.990	37.071
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	2.385	3.187
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	2.172	9.425
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	213	-6.238
3.09	IR Diferido	-9.251	-20.946
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	8.124	19.312
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	15,92000	37,84000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	8.124	19.312
4.03	Resultado Abrangente do Período	8.124	19.312

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	855.612	-1.818.705
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	63.024	313.583
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	14.990	37.071
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	48.034	276.512
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	792.588	-2.132.288
6.01.02.01	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	5.234.081	-2.588.157
6.01.02.02	Operações de Arrendamento Mercantil	-9.390	-12.440
6.01.02.03	Outros Créditos	43.146	95.225
6.01.02.04	Outros Valores e Bens	-637	1.450
6.01.02.05	Recursos de aceites e emissão de títulos	1.652.566	821.406
6.01.02.06	Obrigações por empréstimos e repasses	-700	-708
6.01.02.07	Outras Obrigações	-123.841	-449.064
6.01.02.08	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-6.002.637	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	348	544.132
6.02.01	Alienação de Imobilizado de Arrendamento	11.452	16.251
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Arrendamento	-5.569	-12.998
6.02.03	Aplicações no Diferido	-5.535	-2.808
6.02.04	Alienações no Diferido	0	715
6.02.07	Títulos disponíveis para venda	0	542.972
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	855.960	-1.274.573
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.104.290	5.416.697
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.960.250	4.142.124

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	872.800	0	0	87.790	0	0	960.590
5.03	Saldo Ajustado	872.800	0	0	87.790	0	0	960.590
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	8.124	0	8.124
5.13	Saldo Final	872.800	0	0	87.790	8.124	0	968.714

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	872.800	0	0	58.118	0	1.386	932.304
5.03	Saldo Ajustado	872.800	0	0	58.118	0	1.386	932.304
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	19.312	0	19.312
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-1.386	-1.386
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-1.386	-1.386
5.13	Saldo Final	872.800	0	0	58.118	19.312	0	950.230

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	720.978	1.149.767
7.01.01	Intermediação Financeira	721.524	1.154.222
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.274	-5.528
7.01.04	Outras	1.728	1.073
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-679.901	-1.054.372
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.956	-3.768
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1	-1
7.03.04	Outros	-2.955	-3.767
7.03.04.01	Processamento de Dados	-1.079	-1.392
7.03.04.03	Propaganda e Publicidade	-135	-138
7.03.04.04	Serviços do Sistema Financeiro	-66	-134
7.03.04.05	Serviços Técnico Especializados	-1.421	-1.506
7.03.04.08	Outras	-254	-597
7.04	Valor Adicionado Bruto	38.121	91.627
7.05	Retenções	-21.670	-51.866
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-21.670	-51.866
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	16.451	39.761
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.451	39.761
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	16.451	39.761
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.324	20.430
7.09.02.01	Federais	7.801	19.918
7.09.02.02	Estaduais	377	234
7.09.02.03	Municipais	146	278
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3	19
7.09.03.01	Aluguéis	3	19
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.124	19.312
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.124	19.312

1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. é uma Companhia de Capital fechado que tem por objetivo social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

Caso venha a aplicar os demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN, os reflexos resultarão em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto no seguinte pronunciamento que pode gerar impacto relevante na demonstração contábil:

CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - ajuste na provisão pra crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

A emissão das Informações Trimestrais foi autorizada pela Diretoria em 03 de maio de 2016.

Declaração de Conformidade

Todas as informações relevantes próprias das Informações Trimestrais, e somente elas, estão evidenciadas nas Informações Trimestrais, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderente aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (Ajuste de *Spread* de Crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de *hedge* de fluxo de caixa classificamos os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de *hedge* são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquido dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da

operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Arrendamento Mercantil, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto aos níveis de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e).

Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas “Superveniência / Insuficiência de depreciações” do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

Resultado na alienação quando da opção de compra do bem arrendado:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício de opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamento a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do BACEN.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Até 31 de dezembro de 2014, a parcela da remuneração referente à originação de operações de crédito ou arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes bancários era registrada no ativo e reconhecida como despesa pelo prazo do contrato, ou imediatamente quando da liquidação ou baixa da operação por qualquer motivo.

A partir de 01 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito ou de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes são registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação.

Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à originação de operações de crédito passou a ser registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa.

Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

i) Ativo Permanente

Investimentos: os outros investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10%.

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente.

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

k) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas Vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	De 2% a 5%

⁽¹⁾ Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

l) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Informações Trimestrais somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Informações Trimestrais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Informações Trimestrais.

m) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.03.2016	31.12.2015
Disponibilidades	204	341
Disponibilidades em moeda nacional	204	341
Aplicações interfinanceiras de liquidez⁽¹⁾	7.966.046	7.103.949
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada ⁽²⁾	7.966.046	7.103.949
Total	7.966.250	7.104.290

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

⁽²⁾ Em função de reavaliação do conceito de caixa e equivalente de caixa, de operações dentro do Conglomerado, efetuada no 1º trimestre de 2016, o saldo de 2015 foi reclassificado para fins de comparabilidade.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.03.2016	31.12.2015
Aplicações no Mercado Aberto		
Revendas a liquidar – posição bancada	16.560.263	9.701.530
Letras do Tesouro Nacional	2.182.509	1.812.859
Notas do Tesouro Nacional	5.783.536	5.291.090
Debêntures	2.579.140	2.597.581
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.015.078	-
Total	16.560.263	9.701.530
Ativo circulante	16.560.263	9.701.530

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Rendas de aplicações no mercado aberto		
Posição bancada	336.945	139.011
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	86.273	-
Total	423.218	139.011

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Na demonstração “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

	31.03.2016							31.12.2015		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	-	3.748.841	986	6.185	3.756.042	3.756.012	(30)	6.945	6.945	-
Títulos Públicos	-	3.748.841	986	6.185	3.756.042	3.756.012	(30)	6.945	6.945	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	986	6.185	7.171	7.171	-	6.945	6.945	-
Letras do Tesouro Nacional	-	3.748.841	-	-	3.748.871	3.748.841	(30)	-	-	-
2 – Títulos Disponíveis para Venda	2.623	-	-	-	2.623	2.623	-	2.455	2.455	-
Títulos Privados	2.623	-	-	-	2.623	2.623	-	2.455	2.455	-
Cotas de Fundos de Investimentos	2.623	-	-	-	2.623	2.623	-	2.455	2.455	-
Total (1 + 2)	2.623	3.748.841	986	6.185	3.758.665	3.758.635	(30)	9.400	9.400	-

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

	31.03.2016							31.12.2015		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Carteira própria	2.623	3.748.841	-	-	3.751.494	3.751.464	(30)	2.455	2.455	-
Vinculados à prestação de garantias	-	-	986	6.185	7.171	7.171	-	6.945	6.945	-
Total	2.623	3.748.841	986	6.185	3.758.665	3.758.635	(30)	9.400	9.400	-

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

	31.03.2016						31.12.2015	
	Valor de Mercado			Total			Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	
Títulos para negociação	-	3.749.827	6.185	3.756.042	3.756.012	6.945	6.945	
Títulos disponíveis para venda	2.623	-	-	2.623	2.623	2.455	2.455	
Total	2.623	3.749.827	6.185	3.758.665	3.758.635	9.400	9.400	

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.03.2016			31.12.2015		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Carteira própria	3.751.464	-	3.751.464	2.455	-	2.455
Vinculados à prestação de garantias	7.171	-	7.171	6.945	-	6.945
Total	3.758.635	-	3.758.635	9.400	-	9.400

a.5) Resumo da carteira por categoria

	31.03.2016		31.12.2015	
1 – Títulos para negociação	3.756.012	100%	6.945	74%
2 – Títulos disponíveis para venda	2.623	-	2.455	26%
Valor contábil / mercado da carteira	3.758.635	100%	9.400	100%

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	423.218	139.011
Títulos de renda fixa	171	59.751
Aplicações em fundos de investimento	56	22
Total	423.445	198.784

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de março de 2016 não houve reclassificações de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada suas posições, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco da Companhia é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária em dinheiro. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de Março de 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	31.03.2016			31.12.2015		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de venda	109.501	-	-	135.056	-	-
DI	109.501	-	-	135.056	-	-
Contratos de Swaps						
Posição Ativa	890.000	682	352	5.563.000	24.502	31.341
DI	890.000	682	352	5.563.000	22.926	31.341
Pré-fixado	-	-	-	-	1.576	-
Posição Passiva	-	-	-	3.650.000	(261)	(1.579)
Pré-fixado	-	-	-	3.650.000	(261)	(1.579)
Box de Opções						
Posição Ativa	1.799.458	991.310	991.639	18.120.787	9.950.901	9.945.377
Pré-fixado	1.799.458	991.310	991.639	18.120.787	9.950.901	9.945.377

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.03.2016	31.12.2015
Futuro	8.496	34.902	21.421	44.682	109.501	135.056
Contratos de swaps	-	890.000	-	-	890.000	9.213.000
Box de opções	-	1.799.458	-	-	1.799.458	18.120.787

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.03.2016)

	Futuros	Swap	Box de opções
BM&FBovespa	109.501	-	-
Balcão	-	890.000	1.799.458
Instituições financeiras	-	890.000	1.799.458

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	31.03.2016	31.12.2015
Letras Financeiras do Tesouro	7.171	6.945
Total	7.171	6.945

d.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía carteira qualificada como *hedge* nos termos do art. 5º da Circular BACEN nº 3.082. No período findo em 31 de março de 2015, o efeito no resultado do período do ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge* foi de R\$ 539.

d.7) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	31.03.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Contratos de swaps	352	-	31.341	-
Outros instrumentos financeiros derivativos	991.639	-	9.945.377	-
Total	991.991	-	9.976.718	-
Passivo				
Contratos de swaps	-	-	(1.579)	-
Total	-	-	(1.579)	-

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de Março de 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.8) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Swap	(4.878)	28.476
Futuros	(2.674)	(46.357)
Box de opção	245.557	659.131
Ajuste ao valor de mercado dos itens de operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	-	539
Total	238.005	641.789

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**a) Operações de Arrendamento a Receber**

	31.03.2016	31.12.2015
Operações de Arrendamento Mercantil a Receber	179.266	217.016
Arrendamentos financeiros a receber	179.266	217.016
Ativo circulante	151.946	185.413
Ativo não circulante	27.320	31.603
	31.03.2016	31.12.2015
Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil	(175.035)	(210.835)
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(175.035)	(210.835)
Ativo circulante	(148.360)	(180.132)
Ativo não circulante	(26.675)	(30.703)

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Receitas de Arrendamento Mercantil	60.074	313.649
Arrendamentos financeiros	42.818	109.688
Lucro na alienação de bens arrendados	11.205	196.219
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	6.051	7.742
Despesas de Arrendamento Mercantil	(50.404)	(284.502)
Arrendamentos financeiros	(50.404)	(284.502)
Total	9.670	29.147

c) Carteira por Setores de Atividade Econômica

	31.03.2016	%	31.12.2015	%
Setor Privado	159.372	100,00%	194.275	100,00%
Pessoa Física	16.528	10,37%	29.260	15,06%
Pessoa Jurídica	142.844	89,63%	165.015	84,94%
Agronegócio de origem animal	3	0,00%	5	0,00%
Atividades específicas da construção	9.307	5,84%	10.057	5,18%
Automotivo	3.110	1,95%	2.990	1,54%
Comércio atacadista e indústrias diversas	11.971	7,51%	13.190	6,79%
Comércio varejista	943	0,59%	1.082	0,56%
Imobiliário	9	0,02%	25	0,01%
Madeireiro e moveleiro	3	0,00%	10	0,01%
Papel e celulose	-	0,00%	5	0,00%
Serviços	86.162	54,06%	103.354	53,20%
Têxtil e confecções	3	0,00%	4	0,00%
Transportes	27.817	17,45%	30.438	15,67%
Demais atividades	3.516	2,21%	3.855	1,98%
Total	159.372	100,00%	194.275	100,00%

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de Março de 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.03.2016	31.12.2015
Arrendamentos financeiros a receber	179.266	217.016
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(175.035)	(210.835)
Títulos e créditos a receber (Nota 8)	478	964
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 11a)	194.604	240.648
Credores por antecipação do valor residual	(39.941)	(53.518)
Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Financeiros/Outros Créditos	159.372	194.275

d) Carteira por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2016	31.12.2015
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas	12.852	16.518	79.963	22.824	3.058	7	-	3.637	1.785	140.644	160.496
01 a 30	338	2.408	5.446	1.107	111	4	-	98	134	9.646	13.489
31 a 60	338	2.195	4.882	1.054	111	1	-	98	134	8.813	12.584
61 a 90	338	1.918	4.763	1.009	111	1	-	98	134	8.372	10.747
91 a 180	1.013	3.299	12.963	2.893	327	1	-	295	399	21.190	28.403
181 a 360	1.806	3.095	20.019	5.721	654	-	-	590	798	32.683	41.588
Acima de 360	9.019	3.603	31.890	11.040	1.744	-	-	2.458	186	59.940	53.685
Parcelas Vincendas	-	2.013	5	302	2	-	8	-	-	2.330	921
Até 14 dias	-	2.013	5	302	2	-	8	-	-	2.330	921
Subtotal	12.852	18.531	79.968	23.126	3.060	7	8	3.637	1.785	142.974	161.417
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas	-	-	797	1.487	755	211	203	91	4.500	8.044	15.880
01 a 30	-	-	177	255	162	40	42	28	487	1.191	2.027
31 a 60	-	-	167	229	149	35	38	26	474	1.118	1.900
61 a 90	-	-	144	193	132	29	33	19	451	1.001	1.600
91 a 180	-	-	198	318	260	40	53	18	1.126	2.013	4.281
181 a 360	-	-	52	253	12	23	16	-	1.391	1.747	4.921
Acima de 360	-	-	59	239	40	44	21	-	571	974	1.151
Parcelas Vincendas⁽¹⁾	-	-	186	550	509	194	257	249	6.409	8.354	16.978
De 0 a 14	-	-	19	-	-	-	-	-	-	19	962
15 a 30	-	-	166	274	187	50	51	43	607	1.378	1.145
31 a 60	-	-	1	274	187	47	51	43	607	1.210	2.084
61 a 90	-	-	-	1	133	48	51	43	600	876	1.524
91 a 180	-	-	-	1	2	48	104	120	1.774	2.049	5.160
181 a 360	-	-	-	-	-	1	-	-	2.793	2.794	6.077
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	28	28	26
Subtotal	-	-	983	2.037	1.264	405	460	340	10.909	16.398	32.858
Total	12.852	18.531	80.951	25.163	4.324	412	468	3.977	12.694	159.372	194.275

⁽¹⁾ Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

e) Constituição da Provisão por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	31.03.2016			31.12.2015		
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente
AA	0	12.852	-	-	7.304	-	-
A	0,5	18.531	(93)	(93)	36.343	(183)	(183)
B	1	80.951	(810)	(810)	89.791	(897)	(897)
C	3	25.163	(755)	(755)	29.277	(878)	(878)
D	10	4.324	(432)	(432)	4.060	(406)	(406)
E	30	412	(124)	(124)	595	(179)	(179)
F	50	468	(234)	(234)	4.486	(2.243)	(2.243)
G	70	3.977	(2.784)	(2.784)	710	(497)	(497)
H	100	12.694	(12.694)	(12.694)	21.709	(21.709)	(21.709)
Total		159.372	(17.926)	(17.926)	194.275	(26.992)	(26.992)

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreendem as operações de arrendamento mercantil, outros créditos com característica de concessão de crédito.

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Saldo inicial	26.992	35.879
Reforço/(reversão)	2.274	5.528
Baixas para prejuízo	(11.340)	(12.644)
Saldo final	17.926	28.763

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de Março de 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Concentração das Operações de Arrendamento mercantil

	31.03.2016	% da carteira	31.12.2015	% da carteira
Maior Devedor	74.076	46,48%	80.676	41,53%
10 Maiores Devedores	128.692	80,75%	144.720	74,49%
20 Maiores Devedores	139.455	87,50%	159.351	82,02%
50 Maiores Devedores	142.580	89,46%	164.217	84,53%
100 Maiores Devedores	143.489	90,03%	165.314	85,09%

h) Informações Complementares

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Montante de créditos aditados/renegociados	5.336	141
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo ⁽¹⁾	6.051	7.742

⁽¹⁾ Registrado no resultado nas Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	31.03.2016	31.12.2015
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 18e)	532.367	541.618
Devedores por depósitos em garantia (Nota 22c)	22.503	20.690
Impostos e contribuições a compensar	15.586	45.410
Impostos e contribuições a recuperar	-	11
Valores a receber de sociedades ligadas	-	14.824
Títulos e créditos a receber	478	964
Total	570.934	623.517
Ativo circulante	47.098	95.599
Ativo não circulante	523.836	527.918

9. OUTROS VALORES E BENS

	31.03.2016	31.12.2015
Bens não de uso próprio	3.039	2.574
Veículos e afins	3.039	2.574
(Provisão para desvalorização)	(1.231)	(1.127)
Despesas antecipadas	247	311
Comissões por intermediação de operações ⁽¹⁾	108	298
Despesas de serviços do sistema financeiro	16	12
Despesas de serviços técnicos especializados	121	-
Outras	2	1
Total	2.055	1.758
Ativo circulante	1.750	1.494
Ativo não circulante	305	264

⁽¹⁾ Referem-se aos valores a diferir dos custos associados às operações de arrendamento mercantil incorridos na sua origem.

10. INVESTIMENTOS

	31.03.2016	31.12.2015
Investimentos por incentivos fiscais	21.862	21.862
(Imparidade acumulada)	(7.177)	(7.177)
Total	14.685	14.685

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	31.03.2016	31.12.2015
Bens Arrendados	361.353	439.711
Veículos e afins	275.851	332.784
Máquinas e equipamentos	78.493	94.652
Móveis	3.379	3.379
Instalações	416	416
Sistemas de processamento de dados	3.214	8.480
Superveniências de Depreciações	36.689	60.716
Depreciação Acumulada	(232.328)	(287.319)
Diferido	28.890	27.540
Perdas em arrendamentos a amortizar	41.825	37.812
Amortização acumulada do diferido	(12.935)	(10.272)
Total	194.604	240.648

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (superveniência/insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota Explicativa nº 3g, apresentando a seguinte posição:

	31.03.2016	31.12.2015
Valor presente	199.313	247.793
Credores por antecipação do valor residual	39.941	53.518
Valor presente das operações de arrendamento	159.372	194.275
(-) Valor contábil das operações	162.624	187.077
Arrendamentos a receber – recursos internos	179.266	217.016
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(175.035)	(210.835)
Valores residuais a realizar	43.105	58.802
Valores residuais a balancear	(43.105)	(58.802)
Títulos e créditos a receber	478	964
Bens arrendados	361.353	439.711
Depreciação acumulada de bens arrendados	(232.328)	(287.319)
Perdas em arrendamentos a amortizar	41.825	37.812
Amortização acumulada do diferido	(12.935)	(10.272)
(=) Aumento do Ativo Permanente (Superveniência de Depreciação)	36.689	60.716

c) Depreciação acumulada

	31.03.2016	31.12.2015
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(232.328)	(287.319)
(-) Superveniência de depreciação	36.689	60.716
(=) Depreciação Acumulada	(195.639)	(226.603)

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Composição

CAPTAÇÕES	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.03.2016	31.12.2015
Debêntures					
Pós-fixado	R\$ 100,00%do DI	jun/06	jul/27	21.028.629	19.376.063
Total				21.028.629	19.376.063
Passivo circulante				481.768	230.401
Passivo não circulante				20.546.861	19.145.662

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de Março de 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Despesas de Captações no Mercado Aberto	-	(35)
Carteira de Terceiros	-	(35)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(650.928)	(821.407)
Debêntures	(650.928)	(821.407)
Total	(650.928)	(821.442)

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**a) Obrigações por Repasses****Do País – Instituições Oficiais**

Programas	Taxas de Atualização	31.03.2016	31.12.2015
FINAME		9.557	10.257
Pré-fixado	0,30% a.a. a 8,30% a.a.	9.557	10.257
Total		9.557	10.257
Passivo circulante		8.101	854
Passivo não circulante		1.456	9.403

b) Segregação de Repasses por Prazo de Exigibilidade

	Até 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	3 a 5 anos	Acima de 5 Anos	31.03.2016	31.12.2015
Repasses do País – FINAME	5.180	2.921	1.152	215	89	9.557	10.257
Total	5.180	2.921	1.152	215	89	9.557	10.257

c) Despesas de Obrigação por Empréstimos e Repasses

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Despesas de Obrigações por Repasses	(239)	(294)
FINAME	(239)	(294)
Total	(239)	(294)

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Fiscais e Previdenciárias**

	31.03.2016	31.12.2015
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	4.690	79.894
Impostos e contribuições a recolher	350	4.605
Passivo fiscal diferido (Nota 18d)	9.172	16.246
Provisão para demandas fiscais (Nota 22a)	8.746	8.824
Total	22.958	109.569
Passivo circulante	13.042	98.148
Passivo não circulante	9.916	11.421

b) Diversas

	31.03.2016	31.12.2015
Provisão para demandas cíveis (Nota 22a)	5.230	5.260
Credores diversos - no País	3.721	5.282
Provisão para pagamentos a efetuar	1.156	1.060
Total	10.107	11.602
Passivo circulante	10.107	11.602

15. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras Despesas Administrativas

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Aluguéis	(3)	(19)
Manutenção e conservação de bens	-	(6)
Processamento de dados	(1.079)	(1.392)
Publicação em Jornais	(135)	(138)
Serviços do sistema financeiro	(66)	(134)
Serviços de terceiros	(1)	(1)
Serviços técnicos especializados	(1.421)	(1.506)
Emolumentos judiciais e cartorários	(110)	(197)
Impostos e multas de bens arrendados	-	(308)
Outras	(144)	(86)
Total	(2.959)	(3.787)

b) Outras Receitas Operacionais

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Reversão de provisões – demandas cíveis e fiscais	120	991
Atualização de depósitos em garantia	403	344
Recuperação de encargos e despesas	540	311
Variação monetária ativa	354	497
Ressarcimento de custos associados	31	248
Total	1.448	2.391

c) Outras Despesas Operacionais

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Custos associados a produção - Parceiros comerciais	(190)	(744)
Indenizações cíveis	(1.130)	(604)
Outras	(14)	(295)
Total	(1.334)	(1.645)

16. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Receitas não operacionais	2.011	916
Lucro na alienação de valores e bens	57	908
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	8
Outras	1.954	-
Despesas não operacionais	(397)	(591)
Desvalorização de outros valores e bens	(104)	(16)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(293)	(529)
Perdas de Capital	-	(46)
Total	1.614	325

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 872.800, está representado por 510.404 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de Lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para expansão

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinado para “Reserva para expansão”, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para “Reserva especial de lucros”, o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

18. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Valores correntes	(4.690)	(52.470)
IR e CSLL no País – Corrente	(4.690)	(50.088)
IR e CSLL no País – Exercícios anteriores	-	(2.382)
Valores Diferidos	(2.176)	34.711
Passivo fiscal diferido	7.074	55.657
Marcação a mercado	1.067	10
Superveniência de depreciação	6.007	55.647
Ativo fiscal diferido	(9.250)	(20.946)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(1.900)	(19.815)
Diferenças temporárias	(7.516)	(915)
Marcação a mercado	166	(216)
Total	(6.866)	(17.759)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Resultado antes dos tributos e participações	14.990	37.071
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015) ⁽¹⁾	(6.746)	(14.828)
Outros Valores	(120)	(2.931)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(6.866)	(17.759)

⁽¹⁾ A Medida Provisória n.º 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei n.º 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras, de 15% para 20%, a partir de 01 de setembro de 2015, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos tributários correspondentes.

c) Despesas Tributárias

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Cofins	(792)	(1.844)
ISSQN	(146)	(278)
PIS	(129)	(299)
Outras	(391)	(250)
Total	(1.458)	(2.671)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.03.2016	31.12.2015
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil	9.172	15.179
Marcação a mercado	-	1.067
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	9.172	16.246
Imposto de Renda	9.172	15.772
Contribuição Social	-	474

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

	31.12.2015	1º Trimestre/2016	31.03.2016
	Saldo	Movimentação Líquida no Período	Saldo
Diferenças temporárias	52.165	(7.351)	44.814
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	45.400	(7.505)	37.895
Provisões Passivas	6.258	(53)	6.205
Marcação a mercado	-	166	166
Outras provisões	507	41	548
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	489.453	(1.900)	487.553
Total dos Créditos Tributários Ativados	541.618	(9.251)	532.367
Imposto de Renda	518.597	(5.917)	512.680
Contribuição Social	23.021	(3.334)	19.687

Não Ativado

Não existem créditos tributários não ativados.

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2015.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2016	27.438	25.957
Em 2017	14.675	12.920
Em 2018	9.948	8.143
Em 2019	4.256	3.214
Em 2020	4.336	3.023
A partir de 2021	471.714	221.134
Total de Créditos Tributários	532.367	274.391

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2016	1%	56%
Em 2017	1%	24%
Em 2018	1%	15%
Em 2019	1%	3%
Em 2020	1%	2%
A partir de 2021	95%	0%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações);

19. PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e o Conglomerado Votorantim Participações, sendo as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A..

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de Março de 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.03.2016				
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	31	-	117	-	148
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	16.560.264	-	16.560.264
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	991.991	-	991.991
Outros créditos	-	-	229	-	229
Passivos					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(21.028.023)	-	(21.028.023)
Resultado					
1º Trimestre/2016					
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	580.656	-	580.656
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(650.895)	-	(650.895)
31.12.2015					
Banco Votorantim e Controladas					
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	26	-	143	-	169
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	9.701.530	-	9.701.530
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	9.976.718	-	9.976.718
Outros créditos	-	-	14.866	-	14.866
Passivos					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(19.375.490)	-	(19.375.490)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(1.579)	-	(1.579)
Resultado					
1º Trimestre/2015					
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	826.618	-	826.618
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(821.326)	-	(821.326)

20. VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	31.03.2016		31.12.2015	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo				
Circulante e Não circulante				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	16.560.264	16.560.264	9.701.530	9.701.530
Títulos e valores mobiliários	3.758.635	3.758.635	9.400	9.400
Instrumentos financeiros derivativos	991.991	991.991	9.976.718	9.976.718
Operações de arrendamento mercantil	159.372	146.389	194.275	193.643
Passivo				
Circulante e Não circulante				
Recursos de aceites e emissão de títulos	(21.028.629)	(21.009.643)	(19.376.063)	(19.416.920)
Obrigações por repasses do País	(9.557)	(9.557)	(10.257)	(10.257)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(1.579)	(1.579)

21. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A BV Leasing gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita, tais como, exposições a taxas de juros prefixadas em reais, moedas estrangeiras e seus respectivos cupons.

Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a BV Leasing utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros.

A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*).

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, apresentando os valores observados em 31 de março de 2016:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(13)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(443)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(873)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado da Companhia. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de arrendamento mercantil, recursos de aceites e emissão de títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*), apresentando os valores observados em 31 de março de 2016:

BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A.

ITR – Informações Trimestrais

em 31 de Março de 2016

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado ⁽¹⁾
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(629)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado ⁽¹⁾
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(20.487)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado ⁽¹⁾
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(38.809)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário Provável

A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.

Cenário II

As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano. A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético.

A taxa pré, no dia 31 de março de 2016, para o prazo de um ano é 13,80%. Desse modo, toda a curva é chocada em 3,45% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

Cenário III

O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**Ativos Contingentes**

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Informações Trimestrais, conforme Resolução CMN nº. 3.823/2009.

Ações Fiscais

A Companhia está sujeita, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

a) Provisões para Demandas Fiscais e Cíveis – Prováveis

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009, a Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda “provável”.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	Demandas fiscais ⁽¹⁾		Demandas cíveis ⁽²⁾	
	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Saldo inicial	8.824	3.347	5.260	5.916
Constituições	-	63	154	23
Reversões	(8)	(511)	(207)	(276)
Baixas	(153)	-	(400)	(424)
Atualizações	83	81	423	82
Saldo final	8.746	2.980	5.230	5.321

⁽¹⁾ Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias.

⁽²⁾ Referem-se basicamente a ações indenizatórias, apresentadas em Outras obrigações – Diversas.

Cronograma esperado de desembolsos

	31.03.2016	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	8.003	5.230
De 5 a 10 anos	743	-
Total	8.746	5.230

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

b) Passivos Contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

	31.03.2016	31.12.2015
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	594	587
Demandas Cíveis ⁽²⁾	396	392
Total	990	979

⁽¹⁾ Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias.

⁽²⁾ Referem-se, basicamente, as ações indenizatórias cuja natureza são: contestação de custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldo dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.03.2016	31.12.2015
Contingências fiscais	5.805	5.450
Contingências cíveis	16.698	15.240
Total	22.503	20.690

d) Ações civis públicas

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu Capital, o Conglomerado utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

d) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

e) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução nº 3.988 do CMN e a Circular nº 3.547 do Bacen, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

III – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação; e
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31/12/2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Em 31 de março de 2016, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 14,36% (15,23% em 31 de dezembro de 2015).

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição Líder Banco Votorantim. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Informações Trimestrais do Banco Votorantim de 31 de dezembro de 2015.
